

GT23: As migrações e a perspectiva antropológica em contextos de mobilidades e imobilidades

Maria Catarina Chitolina Zanin, Gláucia Assis

Este GT, ativo nas Reuniões da ABA desde 2006, tem buscado refletir sobre os diferentes contextos das mobilidades, tanto nas dimensões históricas como contemporâneas, nacionais e internacionais. Nas últimas décadas, observa-se a mudança dos fluxos de mobilidade, com novas categorias jurídicas (migrante, refugiado, visto humanitário, solicitante de refúgio, asilado, entre outros) e nativas sendo atividades nos processos de trânsitos das fronteiras internas e internacionais. Pensando nos Estados (Estado-nação), mas também nas transnacionalidades e nas diferentes escalas de análise, propomos um GT que reflita acerca das possibilidades de diálogo entre essas dinâmicas e as perspectivas teórico-metodológicas da Antropologia. Com a pandemia mundial de Covid 19, observaram-se mudanças nas mobilidade e também nas imobilidades nacionais e internacionais, com fronteiras sendo fechadas por questões de segurança sanitária, o que gerou, e tem gerado, novas formas e mecanismos de vivência dos projetos migratórios e de mobilidade, em diferentes escalas. A proposta deste GT é agregar trabalhos que tenham como perspectiva refletir e analisar processos e políticas migratórias, considerando que raça, gênero, classe, geração, etnia, religiosidade e outros marcadores influenciam as vivências cotidianas dos sujeitos em mobilidade, bem como as formas de acolhida e de interações interculturais.

A língua como barreira para a cidadania: reflexões sobre as dificuldades para a comprovação do conhecimento em língua portuguesa no processo de naturalização brasileira

Autoria: Mariana Eunice Alves de Almeida

Guerras, perseguições e violações aos direitos humanos estão entre as principais razões de deslocamentos forçados no mundo, que fazem com que milhões de pessoas, todos os anos, busquem refúgio em locais diferentes da sua residência original. O Brasil, apenas nos anos de 2019 e 2020, recebeu mais de cem mil solicitações de reconhecimento da condição de refugiado. Como forma de acolher e proporcionar a reconstrução de suas vidas, o país que recebe essas pessoas em situação de refúgio deve prover as condições para sua integração local. Vista como um processo complexo, que demanda esforços tanto do migrante quanto do governo e da sociedade de acolhimento, a integração deve proporcionar ao migrante a possibilidade de exercer seus direitos mais básicos em condição de igualdade aos nacionais. Entretanto, a partir do momento que o migrante quer se naturalizar brasileiro, surgem algumas dificuldades. O processo de naturalização ordinária no Brasil exige a comprovação do conhecimento em língua portuguesa. Tido como um dos fatores fundamentais do migrante no processo de integração, o ensino da língua portuguesa para esse público é ainda insuficiente no Brasil, o que coloca a exigência da comprovação de conhecimento da língua e a falta de oferta de cursos no país em xeque. Desta forma, o objetivo deste trabalho é refletir, por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental, sobre as dificuldades que os migrantes (em especial aqueles em situação de refúgio) enfrentam para comprovar seu conhecimento em língua portuguesa como requisito para o processo de naturalização brasileira. Concluímos que existe uma contradição ao se exigir (para que o migrante conquiste a total integração, ao menos do ponto de vista jurídico, e se torne um cidadão brasileiro) a comprovação do conhecimento da língua portuguesa falada no Brasil, já que as iniciativas de ensino de língua para esse público não fazem parte das prioridades das políticas públicas de migração do país.

[Trabalho completo](#)

33ª Reunião Brasileira de Antropologia - RBA

A 33ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) foi realizada de forma on-line, pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

Às vésperas do bicentenário da Independência política do Brasil, a entidade mais antiga das Ciências Sociais do país – Associação Brasileira de Antropologia (ABA) - realizou o evento que contou com a participação de mais de 2 mil pesquisadores/ pesquisadoras da Antropologia e área afins oriundos da América Latina, América do Norte, Europa e África.

A programação contou com: 76 Grupos de Trabalhos, 32 Simpósios Especiais, 54 Mesas Redondas, 05 Oficinas, 04 Minicursos, 04 Conferências, 06 Reuniões de Trabalho, Lançamentos de Livros, Atividades do Prêmio Pierre Verger (Mostras de filmes, ensaios fotográficos e desenho); Feira de Livros e diversas premiações (Prêmio Pierre Verger, Prêmio Lévi-Strauss, Prêmio Lélia Gonzales, Prêmio Heloisa Alberto Torres, Prêmio Antropologia e Direitos Humanos, Prêmio de Ensino de Antropologia, Prêmio de Divulgação Científica, além da Medalha Roquette Pinto).

A Reunião permitiu à comunidade antropológica reafirmar seus compromissos com os direitos dos povos indígenas, com as populações das periferias, com as comunidades quilombolas, LGBTQI+ e de favelas. Se tratou de um evento de primeira grandeza para a Antropologia nesses tempos em que os direitos básicos estão ameaçados, possibilitando a reflexão, o questionamento e o pensar sobre os desafios e dilemas da atualidade.

Realização:



Apoio:



Organização:

